

Sobral I Solar Energia SPE S.A.
CNPJ nº 23.912.366/0001-32

Relatório Anual da Administração da Sobral I Solar Energia S.A.

Evolução do exercício: Durante o exercício de 2021, a atividade da companhia consistiu na exploração do parque solar fotovoltaico denominado "Sobral" no estado do Piauí. A companhia gerou, durante o ano de 2021, 67.003 GWh, cifra 6,9% inferior à obtida no exercício anterior. Essa diminuição da produção se explica pela menor disponibilidade do recurso solar mensurado em horas de irradiação, que foi 2,7% inferior ao exercício anterior. A essa situação, somou-se uma avaria subestação que afetou a capacidade da planta durante várias semanas nos meses de outubro e novembro. Ainda que no fechamento do exercício foi restabelecida completamente a normalidade, estima-se que durante a avaria deixou-se de produzir 4.4484 MWh. Ainda assim, a planta solar figurou durante alguns meses do ano entre as 10 melhores plantas solares fotovoltaicas do Brasil em termos de fator de carga. Essa geração,

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)			
	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.313	3.137
Contas a receber	5	4.594	3.828
Impostos a recuperar	10	194	194
Despesas antecipadas		705	564
Garantias e retenções contratuais das debêntures	6	10.730	9.653
Outros ativos circulantes		14	14
Total do ativo circulante		19.550	17.390
Não circulante Imobilizado líquido	7	148.970	153.124
Total do ativo não circulante		148.970	153.124
Total do ativo		168.520	170.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)			
	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	13	27.608	25.852
Custo dos Serviços	14	(9.746)	(9.406)
Lucro bruto		17.860	16.446
Despesas gerais e administrativas	15	(2.207)	(2.574)
Despesas tributárias	15	(110)	(109)
Outras despesas/receitas operacionais		(2.214)	(2.683)
Lucro operacional		15.649	13.763
Despesas financeiras	16	(23.521)	(16.514)
Receitas financeiras	16	25	54
Resultado financeiro, líquido		(7.847)	(2.697)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(914)	(761)
Imposto de renda e contribuição social	17	(8.761)	(3.458)
Prejuízo do exercício		(9.675)	(4.219)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação (em reais)		(0,15)	(0,06)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional: A Sobral I Solar Energia SPE S.A., doravante denominada "Companhia" ou "Sobral", constituída no dia 05 de janeiro de 2016 e sediada atualmente no município do Rio de Janeiro, com filial localizada em São João do Piauí, tem por atividade preponderante a geração de energia elétrica, o que inclui a prática dos seguintes atos: (a) Geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica denominada Sobral I, localizado no município de São João do Piauí, Estado do Piauí, Brasil; e (b) Prestação de serviços de assessoria e consultoria para o desenvolvimento do projeto descrito no item acima. A Sobral I Solar Energia SPE S.A. recebeu autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica ("Planta"), por meio da Portaria nº 73 de 8 de março de 2016, tendo vigência pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de sua publicação. A Companhia foi uma das vencedoras do leilão no 08/2015-ANEEL (1º LER/2015), destinado à contratação de energia elétrica de reserva. A autorização para o início da geração de energia elétrica ocorreu em 1º de agosto de 2017, conforme Portaria MME nº 69/2015. A energia elétrica negociada neste leilão é objeto de Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos. A Central Geradora Fotovoltaica possui 30.000 kW de capacidade instalada e 7.800 kW médios de garantia física de energia, constituída por trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW. **1.1. Impactos do COVID-19:** Com a declaração da Organização Mundial da Saúde ("OMS") classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil. Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras. A Companhia avaliou se a atual situação de restrições à atividade econômica causada pela pandemia da Covid-19 poderia ter um impacto direto sobre as operações e resultados financeiros de suas usinas fotovoltaicas. A Companhia tem como único negócio a geração e venda de energia elétrica. As vendas de energia elétrica são cobertas por um Contrato de Energia de Reserva (CER) assinado pela Companhia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Sob este contrato a Companhia tem a obrigação de vender uma determinada quantidade de energia por um período de 20 anos a partir de 1º de agosto de 2017, em troca a Companhia recebe um preço fixo estabelecido conforme contrato, o qual é atualizado anualmente de acordo com a inflação. Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, todavia, o fluxo de receita da Companhia em nenhum caso está contendo com condições gerais de mercado, nem para a demanda nem para o preço, desta forma as receitas da Companhia irão confiar apenas no desempenho técnico geral das plantas, a qual vêm atuando de acordo com as expectativas anteriores a pandemia. Não temos nenhum motivo para acreditar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica não honrará suas obrigações decorrentes do contrato de Energia de Reserva. No que se refere às atividades de O&M, que são totalmente subcontratadas com terceiros, temos acompanhado de perto que os fornecedores implementaram medidas adicionais a seus planos de saúde e segurança, de forma a garantir a continuidade de suas obrigações. Além disso, a relevância relativamente baixa das despesas de O&M sobre as receitas nos permite conciliar qualquer desvio potencial sem impactos significativos sobre o EBITDA da Companhia. Como conclusão, e enquanto continuarmos observando ativamente a evolução da situação relacionada à Covid-19, não vemos qualquer razão para acreditar que ela possa ter um impacto material adverso sobre as operações ou resultados financeiros da Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras em 28 de março de 2022. **2.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera em caixa e equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.4. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição e transformação. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida econômica útil dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, vida útil e métodos de depreciação são revisados todos os anos e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Bens	Vida útil (anos)
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	5
Benefeitorias em bens de terceiros	5
Central Solar	30

2.4.1. Provisão de desmobilização: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **2.5. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la. **2.6. Empréstimos e financiamentos - Debêntures:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que ne-

cessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo ou financiamento. A Companhia capitalizou os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis a construção. A Companhia contabiliza em despesa os custos de empréstimo relativos a projetos de construção referentes ao período posterior ao início das operações. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita operacional será reconhecida quando (i) sejam identificados os contratos com o cliente, (ii) identificados sejam as obrigações de desempenho no repasse do controle do bem, (iii) exista determinação do preço da transação, (iv) sejam alocados os preços das transações em função das obrigações de desempenho previamente definidas, (v) quando as obrigações de desempenho sejam satisfeitas com a transferência do bem. No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **a) Receita de geração de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. **b) Receita de juros:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **2.8. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. * No mercado principal para o ativo ou passivo; e * Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: * Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. * Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. * Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas (NE 21). **2.9. Instrumentos financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os ativos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e garantias e retenções contratuais de debêntures. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. No que se refere aos passivos financeiros, foram classificados como mensurados ao custo amortizado (fornecedores e partes relacionadas) ou ao VJR (debêntures). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)			
	Notas	2021	2020
Circulante debêntures	8	7.824	6.922
Fornecedores	9	885	489
Partes relacionadas	11	17	1.870
Impostos a recolher	10	612	454
Total do passivo circulante		9.338	9.735
Não circulante debêntures	8	113.667	108.799
Provisão para desmontagem da central solar	7	2.296	–
Conta corrente com partes relacionadas	11	155	155
Total do passivo não circulante		116.118	108.954
Total do passivo		125.456	118.689
Patrimônio líquido capital social	12	58.437	58.437
Prejuízos acumulados		(15.373)	(6.612)
Total do patrimônio líquido		43.064	51.825
Total do passivo e do patrimônio líquido		168.520	170.514

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)			
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	57.437	(3.154)	54.283
Integralização de capital	1.000	–	1.000
Prejuízo do exercício	–	(3.458)	(3.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.437	(6.612)	51.825
Prejuízo do exercício	–	(8.761)	(8.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	58.437	(15.374)	43.064

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)			
	2021	2020	
Prejuízo do exercício	(8.761)	(3.458)	
Resultado abrangente total	(8.761)	(3.458)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

impacto da alta taxa de inflação sobre o resultado financeiro. A administração da companhia não considera essa situação como um motivo de preocupação, já que suas receitas também são afetadas pela mesma variável. Nesse sentido, a agência de qualificadora de riscos Fitch Ratings confirmou em dezembro de 2021 o rating nacional AA+ para a emissão de debêntures da companhia, segunda qualificação máxima a escala nacional. Em dezembro de 2021 foi aumentada a capacidade de evacuação contratada com a distribuidora, passando de 31MW a 32,55 MW, o que permitirá aumentar a produção diminuindo a limitação que era sofrida em determinados períodos. A companhia não prevê mudanças significativas na evolução futura da empresa no próximo exercício.

Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.847)	(2.697)
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos tributos com o fluxo de caixa:		
Depreciação	6.439	6.973
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	–	325
Juros sobre debentures	9.924	9.556
Atualização monetária das debentures	12.421	5.324
Amortização dos custos de captação de debêntures	744	751
Despesa financeira com a provisão para desmontagem	96	–
Total	21.777	20.232
Caixa a receber de clientes	(766)	(328)
Garantias e retenções contratuais	(1.077)	(381)
Outros ativos circulantes	(141)	547
Fornecedores	(1.457)	(298)
Impostos a recolher	158	60
Caixa proveniente das operações	18.494	19.831
Juros Pagos - Empréstimos com partes relacionadas	–	(347)
Juros Pagos - Debêntures	(9.869)	(9.522)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(914)	(988)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.711	8.974
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(85)	(923)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(85)	(923)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	–	1.000
Amortização de principal - partes relacionadas	–	(4.500)
Amortização de principal - Debêntures	(7.450)	(6.450)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(7.450)	(9.950)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa no exercício	176	(1.899)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.137	5.036
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.313	3.137
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	176	(1.899)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

criação aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Atualmente a Companhia não possui contingências e as provisões registradas no decorrer do exercício de 2021, se referem temas de manutenção da central solar, aluguel de terrenos, serviços de advogados e contabilidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	124	227
Aplicações financeiras	3.189	2.910
Total	3.313	3.137

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa referem-se à certificados de depósito bancário de curto prazo, que refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do balanço, é superior a 90 dias, que possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. A rentabilidade é de 20% do CDI.

5. Contas a receber

	2021	2020
Clientes nacionais	2.286	–
Notas fiscais pendentes de emitir (*)	2.308	3.828
Total	4.594	3.828

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido. Detalhe do prazo do contas a receber:

	2021	2020
A vencer	2.286	–
Total	2.286	–

6. Garantias e retenções contratuais debêntures

	2021	2020
Garantia - Juros debêntures	9.197	8.274
Retenção - Juros debêntures	1.533	1.379
Total	10.730	9.653

O saldo de R\$10.730 em 31 de dezembro de 2021 (R\$9.653 em 31 de dezembro 2020), está composto por movimentações bancárias de duas contas de escrow que contêm parte das garantias constituídas na emissão das debêntures. Parte dos recursos recebidos são transferidos para estas contas para suportar o próximo compromisso de amortização das debêntures. A conta "garantia" também deverá conter um saldo mínimo em garantia do pagamento da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida e eventual depósito de recursos necessários para que o cálculo do ICSD atinja os níveis exigidos. A conta denominada "retenção" foi constituída para acumular gradualmente mensalmente 1/6 (um sexto) e pagamento semestral da próxima parcela de amortização do principal e dos encargos da dívida decorrente da estrutura de emissão de debêntures. **7. Imobilizado**

	Central Solar - Des-Insta-			Estoque para imobilizado	Total
	Solar	montagem	laço		
Saldo em 31/12/2020	152.951	–	22	151	153.124
Adições	85	2.200	–	–	2.285
Depreciação	(6.394)	(42)	(3)	–	(6.439)
Saldo em 31/12/2021	146.642	2.158	19	151	148.970
Custo	176.073	2.200	29	151	178.453
Depreciação acumulada	(29.431)	(42)	(10)	–	(29.483)
Saldo em 31/12/2021	146.642	2.158	19	151	148.970
Vida útil em anos	30	30	10	–	–

Movimentações dos custos e depreciações do exercício de 2020

	Central Solar - Des-Insta-			Estoque para imobilizado	Total
	Solar	montagem	ta		
Saldo em 31/12/2019	158.004	–	25	124	159.175
Adições	158	–	1.021	27	923
Transferências	1.759	–	(1.759)	–	–
Depreciação	(6.970)	–	(3)	–	(6.973)
Saldo em 31/12/2020	152.951	–	22	151	153.124
Custo	175.988	–	29	151	176.168
Depreciação total	(23.037)	–	(7)	–	(23.044)
Saldo em 31/12/2020	152.951	–	22	151	153.124
Vida útil em anos	25	30	10	–	–

Em 30 de setembro de 2021 foi registrada uma provisão para desmontagem do ativo que se



das debêntures: • Cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes do contrato com a CCEE, outros que venham a ser reconhecidos mediante contratos no ambiente de livre contratação ou ambiente regulado ou contratos de mútuo; outros direitos relativos a operações no mercado a curto prazo ou operações de teste; os relativos às contas centralizadoras e reserva e finalmente os direitos emergentes das autorizações da ANEEL e MME; • Alienação fiduciária da totalidade das ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Companhia, que venham a ser subscritas, integralizadas ou de outra forma adquiridas pelos acionistas e todos os direitos econômicos relativos às ações da Companhia alienadas; e • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto. Este contrato possui determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base no índice financeiro abaixo: • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,2 (um vírgula dois); • A Administração acompanha o cálculo desse índice mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento do mesmo. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Mapa de movimentação das debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.062
Juros sobre debêntures	9.556
Juros pagos	(9.522)
Atualização IPC sobre debêntures	5.324
Pagamento principal	(6.450)
Amortização custos de captação de debêntures	751
Saldo em 31 de dezembro de 2020	115.721
Juros sobre debêntures	9.924
Juros pagos	(9.869)
Atualização IPC sobre debêntures	12.421
Pagamento principal	(7.450)
Amortização custos de captação de debêntures	744
Saldo em 31 de dezembro de 2021	121.491

9. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores	219	169
Provisões	-666	-320
	-885	-489

O valor de contas a pagar a fornecedores não possui incidência de juros. O saldo de 2021 e 2020, relativo às provisões, se compõe de provisões para despesas com manutenção da central solar, aluguel de terrenos, serviços de advogados e contabilidade.

10. Impostos a recuperar e a recolher

	2021	2020
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	96	96
Outros impostos a recuperar	-98	-98
Impostos a recuperar	194	194
Impostos, taxas e contribuições a recolher PIS/COFINS	252	217
IRPJ/CSLL	280	191
Retenções ISS, IRRF, PIS, COFINS e CSLL	43	34
INSS Retido	-37	-12
	612	454

(a) O saldo está basicamente composto pela retenção aplicada no faturamento da penalização ao EPCista em função da entrega tardia da central solar. Minoritariamente se refere a IRRF sobre rendimentos de aplicação financeira.

11. Partes relacionadas: Demonstramos abaixo aos saldos com partes relacionadas em 2021:

Entidade com influência significativa sobre a Companhia:	Passivo circulan-te	Passivo não circulan-te	Receitas	Custos	Despesas
Global Power Generation, S.A. (1)	-	155	-	-	-
Coligada:					
PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda. (2)	-	-	107	-	-
Vinculadas:					
PV Hardware Solutions, S.L. (3)	-	-	-	-	(6)
Naturgy Energy Group, S.A. (4)	6	-	-	-	-
Gás Natural do Brasil S.A. (5)	6	-	-	-	(212)
Em 31 de dezembro de 2021	12	155	107	(6)	(212)
Em 31 de dezembro de 2020	1.870	155	-	(1.102)	(741)

(1) O saldo de refere à uma conta corrente entre empresas derivada de valores remanescentes da 4ª ampliação de capital. (2) As receitas, possuem característica não operacional e derivam da aplicação de uma penalização contratual (3/4) Os custos de referem à manutenção da planta solar. (5) Valores relativos ao custo do supervisor da planta solar assumido diretamente pela Gás Natural do Brasil e refaturado à Companhia. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes dos serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

12. Patrimônio líquido: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$58.437 e está representado por 58.437 mil ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). A Composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é resumida a seguir:

20. Instrumentos Financeiros

Ativos/Passivos financeiros	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil		Valor contábil	
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.313	-	3.137	-
Contas a receber	4.594	-	3.828	-
Garantias e retenções contratuais debêntures	10.730	-	9.653	-
Partes Relacionadas	-	-	-	-
	18.637	-	16.618	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Fornecedores	885	-	489	-
Partes Relacionadas	172	-	2.025	-
	1.057	-	2.514	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Debêntures (Nível 1)	-	121.491	-	115.721
	-	121.491	-	115.721

Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas: A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. i. Gestão de risco de capital: A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. ii. Gestão de risco de mercado: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. iii. Gestão de risco de crédito O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. iii.1 Risco de crédito com instituições financeiras Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A

PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda.
Global Power Generation, S.A.

13. Receita operacional líquida

Receita de venda de energia	28.654	26.831
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (*)	(1.046)	(979)
	27.608	25.852

(*) ISS (2%), PIS (0,65%) e COFINS (3%).

14. Custo dos serviços

	2021	2020
Aluguéis de terrenos	(131)	(124)
Depreciação	(6.439)	(6.973)
Operação e manutenção	(1.864)	(1.215)
Acesso ao sistema de distribuição	(944)	(886)
Serviços corporativos	(212)	(170)
Outros custos operacionais	(158)	(38)
	(9.748)	(9.406)

15. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Impostos e taxas	(110)	(109)
Serviços de terceiros	(1.139)	(1.621)
Seguros	(746)	(578)
Projetos sociais	(314)	(344)
Outras despesas administrativas	(8)	(31)
	(2.317)	(2.683)

16. Resultado financeiro

	2021	2020
Imposto sobre operações financeiras	(66)	(86)
Despesas bancárias	(93)	(93)
Juros sobre empréstimos	(325)	(325)
Juros sobre debêntures	(9.923)	(9.558)
Custo amortizado debêntures	(744)	(751)
Atualização monetária das debêntures	(12.421)	(5.324)
Despesa com provisão para desmontagem (*)	(96)	-
Outras despesas	(177)	(379)
	(23.520)	(16.514)

Receita de aplicações financeiras 25 30
Outras receitas - 24
Receitas financeiras 25 54

(*) Despesa financeira relativa à provisão para desmontagem da central solar registrada em setembro de 2021. Este valor se refere ao gasto financeiro do semestre, sendo R\$16 o valor mensal da despesa. A taxa de desconto utilizada é de 8,951% e o IPC projetado a valor futuro é de 4,58%.

17. Imposto de renda e contribuição social: No quadro a seguir detalhamos a despesa de IRPJ e CSLL calculada pelo regime de lucro presumido:

	2021	2020
Receita de Venda de Energia	30.174	25.080
Percentual de Presunção 8%	2.414	2.006
Receitas financeiras	25	30
Base de Cálculo	2.439	2.036
Imposto de Renda - 15%	366	306
Adicional - 10%	220	181
TOTAL Imposto de renda	586	487
Receita de Venda de Energia	30.174	25.080
Percentual de Presunção 12%	3.621	3.008
Receitas financeiras	25	30
Base de Cálculo	3.646	3.038
Contribuição Social - 9%	328	274
TOTAL Contribuição Social - 9%	328	274
TOTAL Imposto de renda	586	487
TOTAL Contribuição social	328	274

18. Seguros: A política da Companhia inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração. As premissas de riscos adotadas, dadas à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. Os limites máximos de indenização para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Cobertura	Limite R\$ (mil)	Franquia R\$ (mil)	Prêmio R\$ (mil)
Risco de Operações	218.748	Cfme. Especificação	596
Prazo 29/10/2021 a 29/10/2022			
Cobertura	Limite R\$ (mil)	Franquia R\$ (mil)	Prêmio R\$ (mil)
Responsabilidade			
Por Danos Ambientais em Instalações Comerciais ou Industriais	33.349	13.340	30
Prazo 30/10/2021 a 30/10/2022			
Cobertura	Limite R\$ (mil)	Franquia R\$ (mil)	Prêmio R\$ (mil)
Responsabilidade Civil Geral	142.000	Cfme. Especificação	204
Prazo 29/10/2020 a 29/10/2021			

19. Contingências: Não há contingências de natureza cível, tributária ou trabalhista.

Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. iv. Gestão de risco de liquidez O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

21. Eventos Subsequentes: Com data de 10 de fevereiro de 2022, Naturgy Energy Group, S.A., em cumprimento à legislação espanhola, divulgou uma informação relevante à Comissão Nacional de Mercado do Valores da Espanha, na qual informa sobre a decisão do Conselho de lançar o denominado projeto Geminis, que criará dois grupos energéticos de capital aberto e com perfis de negócio claramente diferenciados. Ambos grupos terão a mesma estrutura acionarial atual. Um grupo aglutinará todos os negócios liberalizados

que compreendem o desenvolvimento das energias renováveis, a carteira de clientes de energia e serviços associados, o parque de geração convencional que assegura a distribuição energética e a gestão dos mercados maioristas de energia, e o outro, aqueles negócios dedicados à gestão de infraestruturas reguladas de distribuição e transporte de energia. Este projeto consiste em uma profunda reorganização da Companhia e supõe um novo passo em seu processo de transformação.

André Luis Fonseca Sergio - Diretor Presidente
André Ricardo Dannemann - Contabilista responsável Contabilista vCRC-1SP274400/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da Sobral I Solar Energia SPE S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sobral I Solar Energia SPE S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sobral I Solar Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de março de 2021, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. **Outras informações:** O conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. **Bernardo Moreira Peixoto Neto**
CRC SP - 014428/O-6 F-RJ Contador - CRC RJ-064887/O-8